

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.192.294 - SP (2017/0263702-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ALSA ALUMÍNIO E FERRAGENS LTDA
ADVOGADO : CÉLIA MARISA SANTOS E OUTRO(S) - SP051621
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Alsa Alumínio e Ferragens Ltda.** contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, o qual desafia acórdão assim ementado (fl. 435):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. EXTINÇÃO: ARTIGOS 794, I, E 795, CPC/1973. RPV. SELIC A PARTIR DE 01/1996. PRECLUSÃO E COISA JULGADA. IPCA-E. PEDIDO SEM FUNDAMENTAÇÃO. ATUALIZAÇÃO EFETUADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora a sentença condenatória tenha sido proferida antes da vigência da Lei 9.250/1995, os cálculos da execução foram objeto de embargos, opostos pela Fazenda Nacional, que fixaram o valor a ser executado, com base em cálculo da contadoria judicial, sem a interposição de qualquer recurso, pelas partes, quanto à sentença de parcial procedência dos embargos à execução.

2. Fixado por sentença, com trânsito em julgado, nos embargos do devedor, já na vigência da Lei 9.250/1995, o valor da execução, não cabe rediscutir os critérios para a atualização do débito judicial, no tocante seja à SELIC, seja ao IPCA-E - pedido em relação ao qual sequer foi motivado o pleito de reforma da sentença extintiva - , mesmo porque houve atualização, quando da expedição do RPV, assim como no momento do depósito judicial e, por fim, quando do respectivo levantamento pelo credor, antes da extinção da execução decretada, assim, regularmente, pela sentença.

3. Apelação desprovida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 442/448).

A parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 130 do CPC/73. Sustenta, em resumo, que "*ante a negativa de vigência de lei federal, e embasado em pacífica jurisprudência de nossos Tribunais, deveria ter sido baixado em diligência este feito, nos termos do art. 130 do CPC/73, para aferição do valor pago, uma vez que não se tratava de pedido inútil ou protelatório, pois encenado o processo quanto ao mérito, restando apenas o acerto dos valores apurados como devidos. Contudo, embora requerida a diligência através do recurso de apelação, foi negado ao*

recorrente o direito de sanar o evidente erro no pagamento do precatório, o que aguarda seja deferido por esse C. Tribunal a fim de evitar o prejuízo irremediável ao credor do precatório alimentar neste feito na fase final do processo. Ante todo o exposto, vem requerer o recorrente se digne esse C. Tribunal, que determine seja o presente feito baixado em diligência, a fim de que seja recalculado o valor da verba alimentar devida de R\$ 93.729,15 para 19 de maio de 2008 (doc. 01 da apelação), atualizada até a data do efetivo pagamento em 15 de janeiro de 2015, de acordo com o que foi determinado pela r. sentença dos Embargos, com a finalidade de aferir o pagamento a menor do RPV (doc. 02 da apelação) devido, sanando o prejuízo acarretado, fazendo e aplicando a procurada Justiça." (fl. 456).

Contrarrazões às fls. 463/470.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, a matéria pertinente ao art. 130 do CPC/73 não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco constou dos opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 356/STF.

Adiante, com relação aos questionados cálculos para o pagamento da RPV, destaca-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 432/434):

Todavia, verifica-se que a apelante pleiteia a revisão do pagamento do RPV, cujos cálculos foram elaborados, em sede de embargos à execução, pela contadoria judicial, em maio/2008 (f. 199/204), já na vigência da nova legislação, e acolhidos pela sentença, em junho/2009 (f. 205/8). Contra tal sentença, fixando os critérios de atualização do débito judicial, não houve recurso, seja da PFN, seja da exequente-embargada, ocorrendo o trânsito em julgado, em 13/08/2009, com base no que foi expedido o RPV, atualizado até dezembro/2012 (f. 282). Como se observa, houve preclusão do cálculo objeto da expedição do RPV, pois, em embargos do devedor, foram discutidos os valores e, diante da conta elaborada por órgão auxiliar do Juízo, acolhida na sentença de procedência parcial dos embargos do devedor, deixou a embargada-exequente de impugnar os valores, a tempo e modo, gerando, assim, coisa julgada em fase de execução, que não pode mais ser modificada como pretendido.
[...]

Quanto ao pedido alternativo de aplicação do IPCA-E entre a data do cálculo (19/05/2008) e a data do levantamento (15/01/2015), verifica-se que o pedido sequer foi motivado, pois aludiu à mera evidência do pagamento a menor (f. 313), sem qualquer discussão em torno da legislação e do critério aplicado no pagamento, não se prestando, pois, a autorizar qualquer revisão. Além do mais, o valor devido, foi atualizado, na expedição do RPV, até dezembro/2012 (f. 282), novamente corrigido, quando disponibilizado o depósito, até novembro/2014 (f. 287) e, por fim, atualizado no levantamento do crédito judicial, pela exequente, em 15/01/2015 (f. 302). Deve, pois, ser mantida a sentença de extinção da execução.

Diante do exposto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à atualização do valor devido, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, o que impede, também, o conhecimento do dissídio jurisprudencial.

Por fim, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, *houve preclusão do cálculo objeto da expedição do RPV, pois, em embargos do devedor, foram discutidos os valores e, diante da conta elaborada por órgão auxiliar do Juízo, acolhida na sentença de procedência parcial dos embargos do devedor, deixou a embargada-exequente de impugnar os valores, a tempo e modo, gerando, assim, coisa julgada em fase de execução, que não pode mais ser modificada como pretendido*, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator